

No momento em que a sociedade brasileira esboça os primeiros sinais de impaciência e reage de diferentes formas às contradições que têm levado o atual Governo de transição a acautelamentos e recuos ante os compromissos de transformações sociais, econômicas e políticas assumidos em praças públicas, é muito oportuna a leitura de **O Ciclo da Revolução Burguesa**, uma coletânea de três ensaios que trazem a marca de Octavio Ianni. Afinal, como explicar arrefecimento dos ímpetus mudancistas de um Governo legitimado na esteira do movimento que mobilizou milhões de pessoas pela conquista das eleições diretas?

Certamente, a resposta a esta indagação não está contida explicitamente nesses ensaios, mesmo porque foram produzidos em momentos anteriores aos acontecimentos mais recentes. Contudo, eles podem ajudar na explicação do fenômeno, visto que analisam aspectos importantes da nossa história política, tendo como foco os arranjos estruturais que definem as relações de poder no processo evolutivo do Estado brasileiro, cujo traço característico tem sido o autoritarismo e a preservação dos interesses das classes dominantes. Para explicar isso, Ianni demonstra que desde a Independência até os dias atuais, em todas as formas históricas do Estado, sob Governos eleitos ou golpistas, civis, militares ou mesclados, sempre predominam soluções arbitradas pelas elites, verticalizadas de forma descendente, de modo a consoli-

dar a hegemonia dos segmentos oligárquicos, burgueses e imperialistas. Antecipando-se à deflagração de processos sociais e econômicos de conseqüências mais sérias, as classes dominantes souberam neutralizar, ao longo da história, o ascenso das forças populares, cujos movimentos foram sufocados via repressão ou esbarraram na intervenção conciliadora das elites para a manutenção do poder à custa de pequenas concessões. Em razão disso, a revolução burguesa, no Brasil, iniciada em 1888 com a abolição da escravatura e que tem o seu desfecho em 1964, com o golpe militar, seria muito mais uma espécie de contra-revolução permanente, como admite o autor.

O primeiro ensaio, que serve também para dar título ao livro, é uma síntese historiográfica do processo revolucionário burguês, fixando-se na análise da organização do aparelho estatal e na correlação de forças que o sustentam. Temos, assim, o Estado monárquico (1922-1889) onde predominou o bloco agrário das lavouras da cana e do café; o Estado oligárquico (1889-1930) ainda sustentado pelo bloco agrário do café e pelo poder dos governadores; o Estado populista (1930-1964) sustentado pela aliança industrial-agrária representada pela indústria de bens de consumo duráveis e pela força do café; e o Estado militar (a partir de 1964) alicerçado pela aliança do capital industrial e financeiro, com fortes vínculos externos.

Neste quadro, salienta-se o papel preponderante das forças armadas desde a Proclamação da República, avocando a si o poder moderador que as faz intervir nos momentos mais decisivos dos movimentos político-sociais pela manutenção da ordem estabelecida, vale dizer, ao lado das classes dominantes. Mesmo admitindo a vigência da democracia representativa no período compreendido entre 1946 e 1964, o autor assinala que os Governos populistas perpetraram ações totalitárias a exemplo de fechamento de partidos políticos, cassação de mandatos, repressão contra operários, camponeses e estudantes. As franquias democráticas vigentes no período populista teriam se restringido aos centros urbanos de maior expressão, mesmo assim para alguns setores burgueses e de classe média alta. "A despeito das formas jurídico-políticas estabelecidas nas constituições republicanas, a verdade é que o poder estatal tem sido exercido de modo autoritário ou ditatorial, quando não facista" (p.14).

Aqui não se pode deixar de fazer um reparo ao que nos parece uma exorbitância da crítica. Se existiram as manifestações governamentais de cunho antidemocrático no período do populismo, notadamente entre 1946 e 1950, não se pode negar que foi sob a égide populista que a sociedade brasileira obteve as suas maiores conquistas democráticas, tais como, o alargamento do processo político através de partidos, sindicatos, organizações estudantis e movimentos sociais que culminaram em 1963 com a luta pelas reformas de base. Em que pesem as contradições das posições burguesas dentro do bloco populista de poder, tendentes à neutralização de conquistas populares de maior expressão, não se pode deixar de creditar ao populismo este **interregno** de franquias democráticas vigentes até que a burguesia agrária e

industrial aliou-se aos interesses do capital internacional para apoiar o golpe militar de 64. Em verdade, o autor se corrige no último ensaio, mostrando, de maneira clara, o espaço conquistado pelas diversas parcelas da sociedade, cuja escala de participação política começara a ganhar contornos de movimento de classe: “Os operários da indústria e da agricultura, os camponeses, os empregados de escritórios de empresas privadas, os funcionários de escritórios de repartições públicas, muitos, milhares, milhões começam a por e repor as suas reivindicações econômicas e políticas. Ao longo dos anos 1946-64, há um ascenso geral do povo no processo político” (p.90).

Desta forma, ele aponta as quatro grandes conquistas da vigência do regime democrático-burguês prevalescente entre 1946-64: primeiro, o desenvolvimento da sociedade civil, através de suas organizações representativas; segundo, o reconhecimento da cidadania como princípio e também como prática política; terceiro, as massas começaram a adquirir consciência de classe enquanto operários, camponeses, industriários, empregados e funcionários; finalmente, o Estado, mercê das pressões da sociedade civil, adquiriu nova configuração condizente com os anseios dos movimentos populares.

Neste quadro contraditório onde se observam avanços e recuos dos movimentos populares, ganhou corpo uma aliança da burguesia nacional, logicamente hegemônica, com setores do operariado, classe média e intelectuais, cimentada por partidos políticos, entre os quais o PSD, PTB e PCB. O golpe de 1964 rompeu esta frágil aliança populista, optando pelo capitalismo dependente que, no plano interno, aguçou, ainda mais, as contradições de classes. Assim, o operariado urbano, rural e campesinato foram postos contra a parede, vítimas da maior repressão e compressão salarial que se tem notícia no País. Isso concorreu para uma nova tomada de posição e conscientização do movimento operário, o mesmo acontecendo com outros segmentos da sociedade prejudicados pela política econômica ditada pela burguesia industrial e financeira, ao lado do capital internacional.

Certamente, o fecho do terceiro ensaio teria sido outro, se o autor tivesse concluído após as transformações recentes por que passou o País, em consequência do movimento popular pelas eleições diretas. Esse movimento seria o prenúncio do esgotamento da contra-revolução burguesa preconizado pelo autor, que diagnosticara “condições histórico-estruturais propícias à organização e luta políticas de envergadura no sentido da transição do capitalismo ao socialismo” (p.112). O que realmente aconteceu foi algo totalmente diferente: como sempre, antecipando-se aos processos sociais de maior envergadura, as classes dominantes incorporaram-se ao movimento das “diretas já” para o inviabilizar. Enquanto milhões de pessoas se mobilizam nas ruas, as elites políticas em aliança com os segmentos mais conservadores e setores castrenses construíram a “transição” democrática selada num Colégio Elei-

toral de legitimidade, no mínimo, duvidosa. O resultado não poderia ser outro: um pacto de elites com ligeiras concessões institucionais e a mesma rigidez estrutural que exclui os trabalhadores e outros setores marginalizados dos benefícios da modernização econômica.

Cyro Mascarenhas Rodrigues
EMBRAPA/DDT